COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

PROJETO DE LEI Nº 3.277, DE 2015

(Apensado o Projeto de Lei Nº 3.946, DE 2015)

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de que novas edificações de uso público, coletivo ou privado multifamiliar disponham de pelo menos 1 (um) elevador que comporte o transporte de maca.

Autor: SENADO FEDERAL

Relator: Deputado CAETANO

I – RELATÓRIO

O projeto de lei em epígrafe pretende alterar a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de que novas edificações de uso público, coletivo ou privado multifamiliar disponham de pelo menos um elevador que comporte o transporte de maca.

Nesse contexto, o parágrafo único do art. 11 da Lei nº 10.098, de 2000, passaria a vigorar acrescido de inciso, para estabelecer que, em novas edificações de uso público, coletivo ou privado multifamiliar, com elevador e no mínimo quatro andares para além do térreo, deve existir ao menos um elevador que comporte o transporte de maca.

Nos termos do art. 32, inciso VII, do Regimento Interno da Câmara dos Deputados, cumpre a esta Comissão de Desenvolvimento Urbano manifestar-se sobre o mérito da matéria. Na sequência, a proposição será encaminhada para a análise de constitucionalidade, juridicidade e técnica legislativa pela Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

Encontra-se apensado o Projeto de Lei nº 3.946, de 2015, do eminente Deputado Marcelo Belinati, que altera o art. 13 da citada lei, com o objetivo de atender,

por meio de elevadores adequados, as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

A proposição em exame está sujeita à apreciação conclusiva pelas comissões.

Encerrado o prazo regimental, não foram apresentadas emendas ao projeto.

É o nosso relatório.

II - VOTO DO RELATOR

A proposta em tela vai ao encontro de se garantir meios que proporcionem uma melhor qualidade de acessibilidade nas edificações do nosso País, ao criar meios que facilitem o transporte seguro de pessoas em situações de emergência.

Em primeiro lugar, salientamos que, nos serviços médicos de socorro a urgências e emergências, ocorrem casos em que as equipes, quando acionadas para proceder atendimento em edifícios, têm extrema dificuldade para conseguir deslocar o paciente até o andar térreo, pois os elevadores, em virtude de suas dimensões internas, normalmente não comportam uma maca.

Nesse quadro, vemos como oportuna a preocupação de que haja elevador com dimensões compatíveis com o tamanho de uma maca nas edificações a serem construídas em cujo projeto haja previsão de elevador.

Registramos que a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, possui um capítulo para tratar da acessibilidade nos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, e outro para tratar da acessibilidade nos edifícios de uso privado.

Percebemos que a proposta em análise altera artigo constante do capítulo que trata da acessibilidade nos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo, para tratar da acessibilidade nesses edifícios, assim como naqueles de uso privado. Isso está equivocado, uma vez que a separação de usos deve ser seguida.

Outro equívoco consiste no fato de que o artigo a ser modificado trata da construção, ampliação ou reforma de edifícios, entretanto o inciso a ser acrescido a ele atinge apenas as novas edificações.

Quanto ao Projeto de Lei nº 3.946, de 2015, a inclusão de elevador com capacidade para transporte de macas seria feita apenas nos edifícios de uso privado.

Ressaltamos que elevadores de maca são equipamentos projetados para atender hospitais e clínicas no transporte vertical de pacientes e passageiros, e devem obedecer às normas técnicas vigentes (NBRNM 14712 Parágrafo 6 – Elevadores para Maca e Leito). Esse tipo de elevador é dividido em duas categorias: Maca e Maca Leito, sendo que a cabina e portas devem ser obrigatoriamente construídas em aço inoxidável. No elevador de maca, as cabinas devem ter dimensões internas de no mínimo 1,20m de largura por 2,20m, sendo que no elevador Maca Leito (previsto para o transporte do paciente no próprio leito), a cabina deve ter sua largura aumentada para no mínimo 1,50m por 2,20m de comprimento.

Dessa forma, não vislumbramos como adequado exigir essa modalidade de elevador para as edificações em geral. Os custos advindos dessa tecnologia vão desde o aumento significativo do valor do projeto arquitetônico, o do próprio equipamento (valor maior do que o do elevador convencional) e do custo de manutenção.

As edificações multifamiliares, comerciais e até mesmo dos órgãos públicos, são suficientemente equipadas com os tradicionais elevadores de passageiros. Eventual necessidade de transporte de passageiro em situação de emergência não estaria em risco no transporte no elevador convencional, que comporta o transporte da pessoa em cadeiras de rodas ou que se mostra eficaz no transporte pela equipe de socorristas. Assim, situações de transporte de maca são próprias para estabelecimentos de saúde, não se justificando a obrigação dessa tecnologia para as edificações, principalmente as residenciais e comerciais.

No entanto, como política pública, entendemos que as novas edificações públicas federais poderiam adotar o uso do elevador de maiores dimensões. Nesse sentido, para aproveitar a iniciativa dos autores das proposições, propomos uma nova redação na forma de um substitutivo.

Diante de todo o exposto, nos aspectos em que cabe análise desta Comissão, somos pela APROVAÇÃO dos PLs nº 3.277/2015 e nº 3.946/2015, na forma do Substitutivo anexo.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado CAETANO
Relator

COMISSÃO DE DESENVOLVIMENTO URBANO

SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 3.277, DE 2015

Altera a Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, para estabelecer a obrigação de que novos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo disponham de elevadores acessíveis e em condições de atender a situações de emergência.

O Congresso Nacional decreta:

Art. 1º Esta Lei acrescenta o art. 11-A à Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, que estabelece normas gerais e critérios básicos para a promoção da acessibilidade das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida, e dá outras providências, para estabelecer a obrigação de que novos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo adotem providências técnicas para facilitar o acesso aos elevadores e a sua utilização em casos de emergência.

Art.2º A Lei nº 10.098, de 2000, passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 11-B. A construção de novos edifícios públicos ou privados destinados ao uso coletivo que possuam previsão de elevador no projeto arquitetônico deverá ser executada considerando a implantação de elevadores que atendam à demanda de acesso das pessoas portadoras de deficiência ou com mobilidade reduzida e também o transporte de pessoas em casos de emergência.

Parágrafo único. Deverá ser considerada, dentre outras providências julgadas pertinentes, a implantação de elevadores de maior dimensão para atender ao fluxo de passageiros e situações de pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida e também para o transporte de maca.” (NR)

Art.3º Esta Lei entra em vigor após decorridos cento e oitenta dias de sua publicação oficial.

Sala da Comissão, em de de 2016.

Deputado CAETANO
Relator